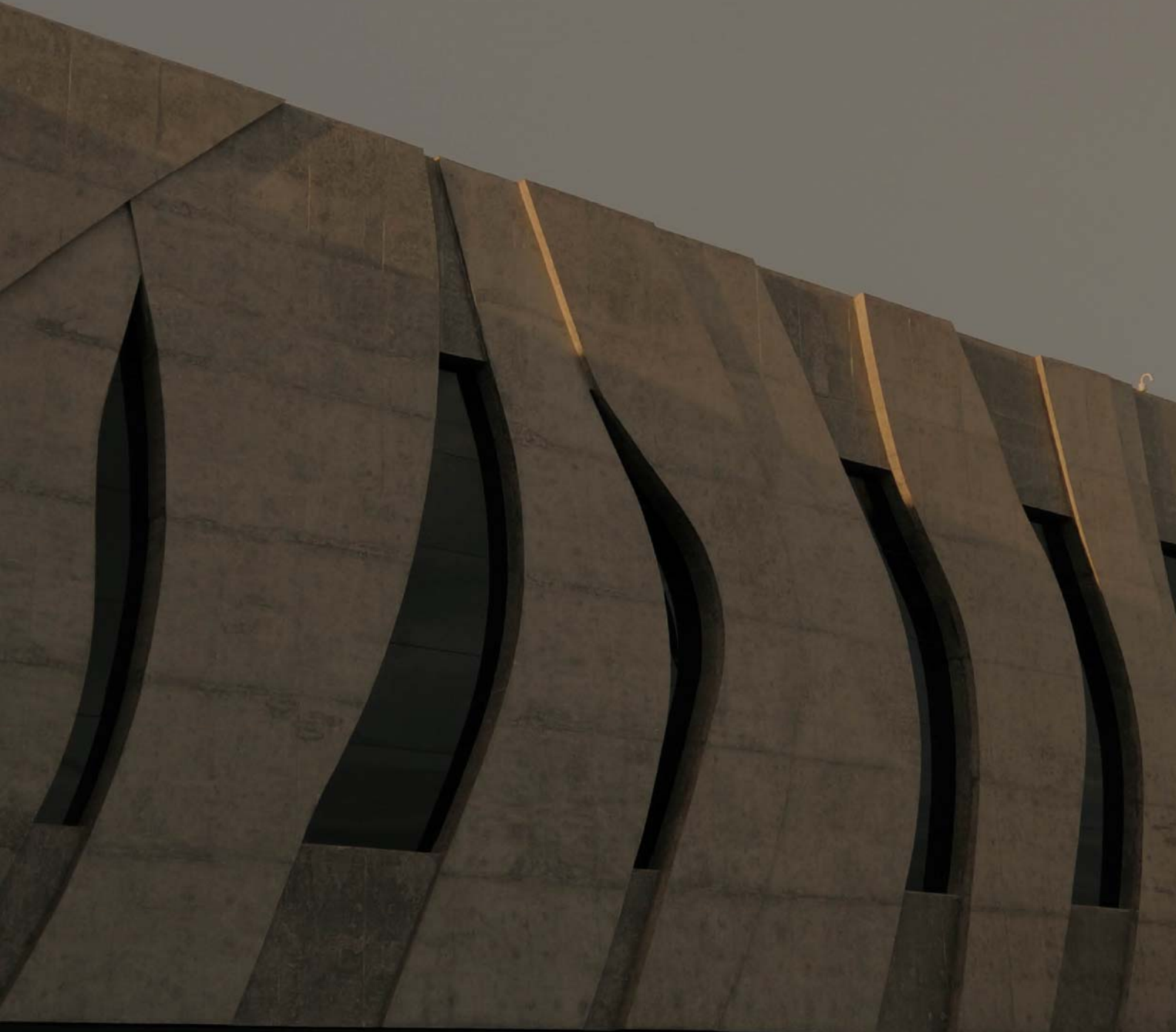


HOMENAGENS



Ministro Paulo Gallotti



Ministro
Paulo Gallotti

Homenagens

1. Aposentadoria

PLENÁRIO

ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009.

SESSÃO SOLENE DE DESPEDIDA DO MINISTRO PAULO GALLOTTI
E ENCERRAMENTO DO SEMESTRE FORENSE

Às dezessete horas e dez minutos do dia trinta de junho do ano de dois mil e nove, na Sala de Sessões Plenárias do Superior Tribunal de Justiça, sob a presidência do Ministro Cesar Asfor Rocha, foi aberta a Sessão. Presentes os Ministros Nilson Naves, Ari Pargendler, Fernando Gonçalves, Felix Fischer, Aldir Passarinho Junior, Gilson Dipp, Eliana Calmon, Paulo Gallotti, Laurita Vaz, Luiz Fux, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Denise Arruda, Arnaldo Esteves Lima, Massami Uyeda, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Napoleão Maia Filho, Jorge Mussi, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves. Afastado do exercício de suas funções o Ministro Paulo Medina. Ausentes, justificadamente, os Ministros Hamilton Carvalhido, Francisco Falcão, Nancy Andrighi, Teori Albino Zavascki, Herman Benjamin e Sidnei Beneti.

O SENHOR MINISTRO JORGE MUSSI: "Senhor Presidente Cesar Asfor Rocha, caro irmão Paulo Gallotti, recebi há alguns instantes a honrosa designação para saudar, em nome deste Superior Tribunal de Justiça, o Senhor Ministro Paulo Gallotti no momento em que ele se despede da Magistratura brasileira. Seguramente, o gesto de Vossa Excelência deveu-se pura e exclusivamente à amizade de irmão que nutro com o Ministro que ora se despede. Serei breve e falarei com simplicidade e humildade, preservando em mim a tranquilidade no espírito no aconselhar de Rui: "Vivo. O instante em que alma vibra, o coração pulsa mais forte e os meus nervos fremem com mais intensidade e as recordações emergem e bailam no meu espírito", pois, por uma dessas extraordinárias coincidências que só os mistérios insoldáveis da vida podem explicar, fui o intérprete, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no dia em que ele abriu as portas para receber o Desembargador Paulo Gallotti. Hoje, o faço em nome dos meus Pares na sua despedida do Tribunal da Cidadania. Confesso, Presidente Cesar Asfor Rocha, que nem em sonhos poderia imaginar ter esta oportunidade e lhe sou profundamente agradecido por este gesto.

O Paulo, desde moço, sempre lutou com muitas dificuldades, buscando sobreviver com dignidade este espetáculo dramático que é a vida. Foi um Juiz tolerante, sem conivências, e altivo, sem temeridade. Um exemplo aos homens

Superior Tribunal de Justiça

de bem e à Magistratura brasileira. Um Juiz que fez dos preceitos jurídicos não textos encruados e adamantinos, destacados da vida como poças d'água que a inundação deixou nos terrenos ribeirinhos. Mas, ao contrário, buscou interpretá-los na sua gênese e compreendê-los no verdadeiro sentido social e humano. Soube, na sua liderança, através da AMB, aproximar a Magistratura da sociedade, conquistando espaços até então reconhecidamente intransponíveis.

Tenho dito, por onde tenho andado e passado, que todos nós podemos escolher nossos médicos, nós podemos escolher nossos dentistas, mas não podemos escolher nunca nossos Juizes. Esses são aqueles que o Estado nos dá. E feliz do País que teve nos seus quadros um Juiz da inteligência e do estofamento moral de Paulo Gallotti.

Neste Superior Tribunal, foi uma unanimidade como conciliador, deixando-nos uma lição de que cada vez mais devemos nos unir, mãos e mãos, gestos e gestos, destinos e destinos.

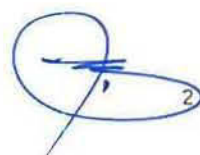
Foi um companheiro de fé nos nossos caminhos e nas nossas jornadas, traduzindo-se um verdadeiro amigo na feliz expressão de Roberto e Erasmo Carlos, na canção. Amigo, a quem devo hoje muito agradecer, responsável pela minha vinda para este Tribunal Superior, o que muito me orgulha e a quem presto compromisso solene de não decepcioná-lo.

Vai o Paulo desvestir a toga sem mácula, porque soube usá-la com dignidade nos trinta e oito anos da sua vida judicante. Vai o Paulo junto com sua mulher, Maria Antonieta, seus irmãos, seus filhos e netos, que tanto contribuíram para que tivesse tranquilidade no exercício deste sacerdócio, que é a Magistratura, retornar à ilha de Santa Catarina, aquele recanto tranquilo e sereno do Brasil e do mundo, onde, como no verso do poeta, a mão da natureza esmerou-se enquanto tinha, e dela usufruir no merecido descanso, oportunidade em que todos nós, os seus Colegas, desejamos toda felicidade que tu tanto mereces.

É hora de despedida e, com certeza, posso asseverar que o Superior Tribunal de Justiça, a partir de hoje, está um pouco menor porque nele não mais vai pulsar o coração de Paulo Gallotti.

Muito obrigado.

O SENHOR MINISTRO PAULO GALLOTTI: Senhor Presidente, hoje, pela segunda vez, Vossa Excelência me sensibiliza criando um momento agora, no Plenário, e outro há pouco, na Corte Especial, quando recebi saudação das mais carinhosas, das mais próximas, das mais sentimentais, com as palavras proferidas pelo Senhor Ministro Nilson Naves.



Superior Tribunal de Justiça

Lembrava-me que hoje, a Senhora Ministra Eliana Calmon e os Senhores Ministros Jorge Scartezzini e Francisco Falcão e eu, há exatos dez anos, nesta sala, estávamos assumindo os cargos que, hoje, ela, eu e o Senhor Ministro Falcão ainda ocupamos; o Senhor Ministro Jorge Scartezzini já se afastou de nós.

Quero, Senhor Presidente, ao agradecer Vossa Excelência, dizer-lhe que a escolha do Senhor Ministro Jorge Mussi para falar é clara, por razões óbvias, pelos laços que nos unem. Ele também, com muita sensibilidade, demonstrou isso nas palavras que me dirigiu, todas elas provenientes de seu coração bondoso, da grande alma humana que é, do grande Juiz que é, já reconhecido nacionalmente pelo trabalho que vem desenvolvendo aqui no STJ.

Ainda que haja sessão amanhã pela manhã, uma sessão mais formal, de encerramento das atividades do semestre judiciário, esse é o momento que, imagino, seja a última vez que uso a palavra neste Plenário. Por isso, reitero o que já tenho dito nesses últimos dias, o meu profundo orgulho e honra de ter integrado este Tribunal por dez anos, convivendo com, sem exceção, pessoas de altíssima estirpe, de muitíssima solidariedade, leais, companheiros, estudiosos, trabalhadores, operosos, mostrando que a Magistratura brasileira, a qual todos nós temos orgulho de integrar, realmente está preparada para cumprir o papel constitucional que lhe é reservado.

Desejo, portanto, Senhor Presidente, ao final, agradecer a cada um e a todos, com todo carinho. Uma parte do meu coração vai ficar dentro destas salas, dentro deste prédio físico, sabendo que estarei sempre junto de todos aqueles que me querem bem e a quem também quero tanto.

Por isso, a Vossa Excelência, que hoje representa tão bem essa unidade que é o Superior Tribunal de Justiça, desejo votos de muitas felicidades pessoais e que possamos sempre estar juntos.

Muito obrigado por tudo.

O SENHOR MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA (PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA): Meus Colegas, tradicionalmente, na última sessão da Corte Especial, encerrando o semestre judiciário, a Presidência apresenta, em decorrência do que disciplina a Loman, relatório das atividades do semestre findo. Mas, como hoje temos uma peculiaridade que nos toca profundamente a todos, a despedida do Senhor Ministro Paulo Gallotti, conversando com alguns Colegas, achei conveniente fazermos esta sessão plenária, criando oportunidade para que todos nos despedissemos do Senhor Ministro Paulo Gallotti, que, hoje, na Corte Especial, foi saudado pelo nosso



Superior Tribunal de Justiça

Decano, Senhor Ministro Nilson Naves, e, aqui, no Plenário, certamente pelo seu mais longo, mais velho amigo, o Senhor Ministro Jorge Mussi.

A despedida de Vossa Excelência, Senhor Ministro Gallotti, deve ser, penso eu, a quadragésima terceira vez em que participo de uma sessão em que um Colega se despede. Já deveria, pois, estar acostumado. Contudo, essas razões do sentimento, as razões do coração não guardam nenhuma racionalidade; não nos acostumamos com elas.

Ainda que todos tenhamos já ouvido as vozes afetivas dos eminentes Colegas Nilson Naves e Jorge Mussi, gostaria de trazer a minha palavra para externar os meus sentimentos. Terei aqui a perda de uma convivência diária com Vossa Excelência, para mim extremamente saudável. Somos companheiros de andanças nos *coopers* diários. Lamento, sobretudo, a perda da oportunidade de encontrar sempre uma voz sensata naqueles momentos de angústia que, ao longo dessa nossa convivência, tenho vivido, quer como Ministro da Corte, como Julgador, como Coordenador do Conselho da Justiça Federal, como Corregedor Eleitoral, como Corregedor Nacional de Justiça, quer como Presidente do Tribunal.

Os seus ensinamentos servirão para nortear a todos e a mim particularmente, também encerrando lições para outros momentos angustiantes que certamente passarei aqui, que espero sejam cada vez mais minimizados. Fica o meu abraço fraternal a Vossa Excelência.

Encerrando o primeiro semestre de 2009, faço-o com o sentimento do dever cumprido, que, seguramente, está em todos nós. Vencemos todos os desafios para implantar o processo eletrônico no STJ como medida prioritária de modernização do Judiciário, um dos objetivos estratégicos desta gestão. Tal providência está contribuindo para o aprimoramento do trâmite processual e para a otimização da prestação jurisdicional oferecida à sociedade.

Foram cerca de 250 pessoas envolvidas diretamente na digitalização dos processos, entre servidores e colaboradores terceirizados, com uma produção em torno de 85 mil feitos digitalizados até o momento. Todos os recursos chegantes dos Tribunais estaduais e federais a partir do dia primeiro de janeiro estão sendo virtualizados.

Vale ressaltar que, após a primeira distribuição desses processos, ocorrida dia 8 deste mês, 760 processos virtuais já foram julgados. Há dois Colegas, pelo menos, os Srs. Ministros Humberto Martins e Benedito Gonçalves, que já não têm mais nos seus Gabinetes agravos de instrumento físicos, havendo, nessa classe, somente processos virtuais.

O próximo passo abrangerá a virtualização daqueles que se encontram em

Superior Tribunal de Justiça

tramitação nesta Corte, no estoque de processos. Aliás, hoje estamos concluindo a licitação para que possamos implantar, quando assinado o contrato com a empresa vencedora, o processo virtual no prazo máximo de quatro meses. O nosso estoque será virtualizado, se Deus quiser, em quatro meses. Essa é a primeira fase.

A interação com os Tribunais de origem foi também prioridade, e os efeitos evidenciaram-se na transmissão do primeiro lote de processos da Justiça estadual do Ceará por meio eletrônico, na última quinta-feira, 25 de junho. Essa operação, que normalmente levaria cinco meses, efetuou-se em 33 minutos, do momento em que os processos foram remetidos até chegarem aos Gabinetes dos Senhores Ministros.

Esse cenário mostra que o STJ mergulhou na era digital, escrevendo o seu nome na história como o primeiro Tribunal nacional do mundo a implantar o processo totalmente eletrônico. Ao final deste ano, reitero, o STJ será o primeiro Tribunal nacional do mundo a acabar com o papel. E até o fim do ano, se Deus quiser, cerca de 70% dos processos que forem remetidos ao STJ já o serão pela via eletrônica, o que comprova que essa idéia contagiou os Tribunais estaduais e federais.

Merece relevância a meta estratégica para o biênio 2008/2010 consistente em diminuir o tempo de publicação dos acórdãos, que baixou de 33 dias em 2008 para, em média, quinze dias após a decisão, prazo que tende a ser reduzido de modo significativo com a rotina do processo eletrônico. Segundo a nova proposta, decidido um processo, o próprio Gabinete remeterá o acórdão, eletronicamente, para publicação.

Paralelamente, não posso deixar de mencionar outro fantástico resultado alcançado pelo Tribunal, isto é, a redução de mais de 20% no número de recursos que aqui entraram nos últimos seis meses em relação ao mesmo período do ano passado. Atribui-se tal fato especialmente ao tratamento dado às matérias repetitivas, conforme a Lei n. 11.672, de 2008. Estudo prospectivo demonstrou uma estimativa de redução de 30% na demanda de processos recursais até o final deste ano.

Apuração preliminar do quantitativo de feitos em tramitação neste Tribunal realizada em 30 de outubro de 2008 apontou um total de 256.939 processos. E, nesse período, ingressaram no Tribunal, do dia 13 de outubro até hoje, mais processos, totalizando, aproximadamente, 310 mil.

Hoje, o Tribunal só tem 216 mil processos, quer dizer, julgamos, de outubro do ano passado até agora, aproximadamente 100 mil processos. Se tínhamos, em outubro de 2008, 256 mil, hoje temos, nos Gabinetes dos Senhores

Superior Tribunal de Justiça

Ministros, afóra os que não estão ainda distribuídos, 216.695 processos. É uma diminuição significativa.

Somando os esforços relacionados com o processo eletrônico e com o julgamento de matérias repetitivas e mantendo a produtividade atual, uma média de 5.001 feitos, por Ministro, julgados no primeiro semestre, vemos a possibilidade concreta de redução do nosso passivo para 100 mil processos até o final de 2009. A redução pretendida busca atender os anseios da sociedade por uma justiça mais rápida e efetiva.

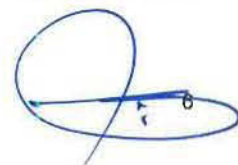
Aliás, a utilização da lei dos recursos repetitivos tem ajudado a diminuir esses números. Para se ter uma idéia, já foram afetados 174 temas, dos quais já foram julgados 65, sendo acusado o sobrestamento de aproximadamente 14 mil processos. Desses, peço licença para destacar que a Primeira Seção afetou 103 temas, já tendo julgado 48. A Segunda Seção afetou trinta e julgou nove; a Terceira Seção afetou 41 e julgou oito; a Corte Especial afetou nove, ainda pendentes de julgamento. Portanto, a Primeira Seção é a que mostra a melhor atuação no trato com os processos referentes ao recurso repetitivo.

Mas os bons resultados foram colhidos em vários aspectos. Quanto às iniciativas de cunho social, foram beneficiadas pelas ações de cidadania promovidas pelo STJ mais de 5.600 pessoas, dentre elas estudantes, idosos, voluntários, visitantes de modo geral e terceirizados, bem como sentenciados que cumprem pena no regime aberto e semi-aberto, estes atendidos pelo Projeto Liberdade Legal, desenvolvido em parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal.

Ademais, sempre com a preocupação de valorizar os servidores e oferecer condições adequadas ao bom desempenho das suas atividades, procurou o Tribunal investir na gestão do conhecimento, treinando quase 30% dos servidores da Casa. Foram mais de vinte horas de capacitação para cada um. Essa valorização, entretanto, não se restringiu à capacitação, pois abrangeu diversas ações, a exemplo das voltadas para a melhoria da qualidade de vida, gerenciamento do estresse e preparação para a aposentadoria.

Visando a uma gestão condizente com os preceitos da responsabilidade socioambiental, foi realizada a Semana do Meio Ambiente, que tratou do tema Reaproveitamento, durante a qual, dentre muitas atividades, buscou-se desenvolver a consciência ecológica nos servidores com a distribuição de caixas coletoras individuais para material reciclável.

Dando cumprimento às atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, o STJ realizou, no período de setembro de 2008 a junho de 2009, 2.928 análises de processos.



Superior Tribunal de Justiça

No quesito informatização, faz-se imprescindível reconhecer a dedicação dos servidores no que tange à implantação do processo administrativo eletrônico, projeto estratégico que trará mais qualidade e maior agilidade aos trâmites administrativos, bem como no que concerne à modernização do serviço das áreas orçamentária e de gestão de pessoas.

A propósito, registro um elogio muito especial aos servidores que trabalham na área de informatização, pois o processo virtual teve todo o seu programa elaborado por servidores do STJ – não pagamos nada a ninguém. Por isso, vamos disponibilizá-lo para todos os Tribunais do País: já o cedemos a alguns, e outros tantos estão à procura do STJ, querendo utilizá-lo. É *software* livre; não pagamos direito autoral, não pagamos *royalty* pela sua utilização. Enfim, é fruto da competência exclusiva dos nossos servidores.

Ainda com o propósito de otimizar procedimentos administrativos, foram publicadas, desde setembro de 2008, diversas resoluções do Conselho de Administração, estabelecendo procedimentos relativos ao processamento e julgamento de recursos especiais e à convocação de juízes e criando a estatística informatizada dos Gabinetes. Hoje, cada Ministro tem, em tempo real, como os Senhores sabem, a situação do seu Gabinete. Todos podem acompanhar e saber com precisão se, por exemplo, os acórdãos elaborados e as decisões proferidas foram publicados ou não, e por que não o foram. Isso dá uma possibilidade de gerenciamento muito maior, a que não somos muito afeiçoados, necessários, todavia, para agilizarmos os procedimentos.

Entendemos, pelos serviços prestados, que a sociedade está satisfeita com a situação desta Corte Superior, fato que pode ser comprovado pela pesquisa permanente de opinião, que, com aproximadamente 38 mil respondentes, indicou uma satisfação em torno de 78%, desempenho muito bom se comparado com o de organizações de primeira linha do cenário mundial.

Para que o STJ mantenha o foco na melhoria dos serviços que presta aos cidadãos e figure entre os Tribunais alinhados com as diretrizes estratégicas do Conselho Nacional de Justiça para o Poder Judiciário, faz-se necessário concentrar esforços no próximo semestre a fim de atingir a meta nacional, a saber, identificar e julgar, até o final deste ano, todos os processos judiciais distribuídos até dezembro de 2005.

Observaria, ainda, que neste ano distribuimos para os Senhores Ministros, comparativamente com o mesmo período do ano passado, como disse, quase 20% a menos dos processos que foram recebidos, quando, se tivesse acontecido o que ocorria a cada ano, em que o aumento dos processos distribuídos era quase em progressão geométrica – para se ter uma idéia, o STJ julgou, nos seus

Superior Tribunal de Justiça

vinte anos, aproximadamente 3 milhões de recursos, sendo que a metade, 1,5 milhão, foi julgada nos últimos cinco anos –, seguramente, teríamos recebido, no mínimo, como vem acontecendo a cada ano, 20% a mais. Distribuimos 20% a menos. Com a aplicação da Lei dos Recursos Repetitivos, quando todas as questões recorrentes tiverem sido afetadas e decididas, vamos diminuir isso muito mais. Chegaremos, se Deus quiser, ao final de 2009 com menos de 100 mil processos na Casa para podermos nos dedicar mais, dar mais atenção àqueles temas de estabelecimento de novas teses ou que requeiram maior concentração dos Colegas.

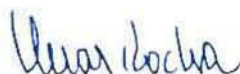
E quando a virtualização toda estiver feita, quando os Tribunais estiverem todos remetendo os seus processos virtualmente, o jurisdicionado será contemplado porque a velocidade do julgamento será maior, pois a estrutura dos Gabinetes, que fisicamente ficará livre dos processos que tantos dissabores nos trazem, será modificada, sendo substituídos os processos por servidores, o que possibilitará, conseqüentemente, uma agilização maior do julgamento dos feitos.

Ao encerrar, agradeço o empenho dos eminentes Colegas e dos caros servidores, todos igualmente comprometidos com a excelência na prestação de uma justiça acessível, rápida e efetiva ao cidadão brasileiro. Relembro a todos os Colegas que vamos nos encontrar às dezoito horas e trinta minutos, no Salão dos Plenários, para uma breve confraternização com o Senhor Ministro Paulo Gallotti.

Está encerrada esta Sessão.

Encerrou-se a Sessão às dezessete horas e quarenta minutos.

Brasília, 30 de junho de 2009.



MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA
Presidente



Athayde Fontoura Filho
Secretário da Sessão